COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 79 AGOSTO 1992

Sub-Comissão dos Direitos do Homem em Genebra:

Regime indonésio condenado

A Sub-Comissão para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias das Nações Unidas, vulgo Sub-Comissão dos Direitos Humanos, que se reune anualmente em Genebra, aprovou no passado dia 27 de Agosto uma Resolução criticando o comportamento das autoridades indonésias em Timor-Leste e reabrindo as portas a um maior empenhamento das Nações Unidas na situação que se vive naquele território.

A Sub-Comissão é um órgão das Nações Unidas composto por 26 peritos em direitos humanos, formalmente independentes dos governos dos respectivos países e eleitos pela Comissão dos Direitos Humanos (CDH).

Desde 1982 que este órgão vem tomando posições condenatórias das práticas das autoridades indonésias em Timor-Leste, com a excepção dos anos de 85 e 86. Na sessão de 1988 a diplomacia indonésia conseguíu interromper de novo o ciclo de condenações, graças à aprovação de uma «no-action» que fez com que não fosse apreciada e votada uma Resolução sobre o problema. Em 91 voltou a não haver votação por ter sido adoptada uma solução de compromisso que consistíu na leitura, pelo Presidente da sessão, de uma declaração saudando o convite feito pela Indonésia ao relator especial da ONU sobre a tortura para visitar o território até ao fim daquele ano e manifestando a esperança de que um convite semelhante fosse feito também à Amnistia Internacional.

Foi precisamente durante a visita deste relator, o holandês Peter Kooijmans, que ocorreu o massacre de Sta. Cruz.

Com este trágico acontecimento ainda vivo, mesmo na memória dos mais esquecidos, difícil se tornava para o regime de Jacarta encontrar argumentos que impedissem a aprovação de uma Resolução condenatória.

Os testemunhos prestados à Sub-Comissão por timorenses, que para esse efeito se deslocaram a Genebra, vieram reduzir ainda mais a margem de manobra indonésia. A Drª Pascoela Barreto - com o seu depoiamento sobre a situação das crianças e dos jovens -, Miguel Saldanha - que relatou os processos de prisão e tortura de que foram vítimas os seus familiares no seguimento dos acontecimentos de 12 de Novembro - e José Amorim - que abordou as perseguições de que têm sido alvo os seus colegas estudantes em Jacarta e Bali - contribuiram para criar o ambiente propício ao surgimento de uma Resolução. José Ramos-Horta, representante diplomático especial do CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere) e José Luís Guterres, da Fretilin, com a sua já longa experiência neste campo, coordenaram toda esta acção. Esta tarefa foi completada por ONG de vários países, que nas suas intervenções fizeram referência ao problema, e enquadrado por um específico trabalho de esclarecimento desenvolvido pela diplomacia portuguesa .

O resultado foi a apresentação de uma proposta de Resolução - subscrita pelos peritos da Bélgica, do Brasil, da França e da Noruega - e a sua aprovação pela significativa margem, a maior de sempre naquele órgão, de 13 votos a favor, 6 contra e 4 abstenções.

Outro elemento novo aconteceu nesta sessão: nenhum perito interveio em defesa das posições indonésias. Pode-se, pois, dizer que este foi o ano de maior isolamento do regime de Jacarta neste órgão das Nações Unidas.

Na Resolução, a Sub-Comissão:

- lamentando que a *"(...) Comissão Nacional de Inquérito nomeada pelo Governo Indonésio tenha falhado, nas suas conclusões, em identificar claramente os responsáveis pelas mortes"*, e

- *"(...) preocupada pelas pesadas sentenças aplicadas aos Timorenses envolvidos em actividades políticas com base na 'Lei Anti-subversão', cuja anulação tinha sido recomendada pelo Relator Especial para a tortura da Comissão dos Direitos Humanos"*,

- *"(...) deplora os trágicos acontecimentos de Dili em 12 de Novembro, na qual civis Timorenses, incluindo mulheres e crianças, foram mortos"*,

- *"(...) expressa a sua profunda preocupação pelos continuados relatos de generalizada violação dos direitos humanos em Timor-Leste"*,

---

NESTE NÚMERO:

- Indonésia condenada em Genebra
- De Xanana Gusmão aos Timorenses na diáspora
- «Made in Indonesia»

- *"(...) convida o Secretário-Geral a transmitir o relatório completo do seu Enviado Pessoal* [a Dili], *Sr. Amos Wako, à 45ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos"* (a ocorrer em Fevereiro de 93) e

- *"(...) apela às autoridades indonésias para honrar os seus compromissos no facilitar do acesso a Timor-Leste às organizações humanitárias e de direitos humanos"*.

Recorde-se que na sessão deste ano da CDH a Indonésia se comprometeu a facilitar este acesso, o que está em clara contradicção com o actual encerramento do território a observadores estrangeiros.

Comentando o resultado alcançado, José Ramos-Horta salientou o facto de a questão de Timor-Leste ter sido a mais referida ao longo dos vários pontos da agenda, tendo-se criado uma grande expectativa em tôrno da votação, bem expressa na tensão com que se aguardou o seu desfecho. □

Xanana Gusmão aos Timorenses na diáspora:

"Acredito nos propósitos de Portugal, mas acredito mais em nós-mesmos!"

Pela primeira vez, depois da invasão de Timor-Leste pelo exército indonésio, a direcção da Resistência no interior do território, pela mão e pela voz do Comandante Xanana Gusmão, dirigiu-se aos seus compatriotas na diáspora. Nessa mensagem, de que aqui reproduzimos excertos, são passados em revista alguns dos obstáculos e dificuldades com que se defronta a luta e colocadas à reflexão da Comunidade algumas das *"muitas questões em aberto"*.

PASSAR A VASSOURA PELA CASA ADENTRO

"Para vós todos, vai um abraço fraterno e sincero dos resistentes da Pátria. É a primeira vez que me dirijo a todos os timorenses vivendo no exterior e, por este imperdoável lapso, peço-vos imensas desculpas.

Na verdade, olhando um bocado para trás, verificamos muitas falhas, muitas incompreensões, muitos obstáculos, muitas manobras políticas e muitas escaramuças. E tudo isto em nada nos dignifica e tudo isto magoa o nosso Povo. A nossa resistência vai a caminho dos 17 anos e só nestes últimos tempos pudemos ver multiplicarem-se os esforços para uma solução.

Venho, neste contacto de reflexão, referir-me com incidência ao actual momento da nossa Luta. Momento crucial e difícil, momento de decisão! Mas penso com tristeza que nós ou ainda não estamos preparados para assumir com alma os sofrimentos do nosso Povo ou não estamos preparados para responder com inteligência às frontais exigências da Luta.

Por isso mesmo, vou começar por falar de nós mesmos com um passar a vassoura pela casa adentro. (...).".

COMO SE AS MINORIAS NÃO ESTIVESSEM EMPENHADAS...

"(...) a despartidarização da Luta não é negação dos Partidos. Estou capaz de afirmar que o nosso Povo, na sua totalidade ainda não percebe os pressupostos ideológicos que diferenciam cada partido, no contexto de uma sociedade democrática multipartidarista. Neste momento actual, difícil para o nosso Povo, não há tempo - e, insisto, nem devia haver - para estarmos a debruçar sobre as políticas partidárias. Hoje, é apenas momento histórico para todo o cidadão timorense buscar tempo para pensar como desenvolver as actividades, como encarar as situações, como esquivar-se da rede da polícia secreta, como apoiar um companheiro e como reparar as falhas, como renovar a vigilância e as tácticas de luta, como, enfim, libertar a Pátria. (...).

Eu creio ainda que, já depois de libertada a Pátria, o Povo Maubere ou o Povo do Timor Oriental, para os respectivos gostos, saberá reconhecer a acção de cada um dos partidos e a sua capacidade nos esforços conjuntos para o libertar. Creio, por isso mesmo, que enquanto resistimos para libertar a Pátria, os interesses do nosso Povo devem sempre prevalecer sobre os interesses dos Partidos. (...).

O Comando das Falintil tem que lidar com o Povo e não pode estritamente lidar com militantes de partidos. O Comando das Falintil conhece, como nenhum outro, a implantação dos Partidos no seio do nosso Povo e pretende que cada cidadão vista, por cima da camisola partidária, a farda de resistente, pela qual deve conhecê-lo para o orientar numa resistência amplamente nacional. Não é tempo para se reivindicar maiorias, como se as minorias não estivessem empenhadas a dar o seu sangue pela libertação da Pátria; (...).".

MAUBERES!

"E admira-me que hoje haja quem se divirta a tecer teorias sobre o termo maubere. (...).

Quando se buscam razões para justificar uma aversão pelo termo MAUBERE, não se pretenderá dizer que baixámos ao nível do zé-povinho, o maubere? (...).

Exigir ao nosso Povo que estude a gramática para saber que ... natural de Timor, diz-se timorense, é distanciarmo-nos do espírito da Luta e negarmos o ventre que nos fecundou.

Quanto a mim, sejam quais forem os pontos de vista, o termo MAUBERE tem uma expressão que Filipinas, por exemplo, não possue. A nossa mentalidade parece parada nos tempos em que se baptizavam 4 crianças, de mesmos pais, gentios como se dizia, com nomes como: Pedro Álvares Cabral, Afonso Henriques, Domingos Savio e Luiz Gonzaga. (...). Uma mentalidade que é consequência também do colonialismo, afinal! Consequência que actuou apenas de forma diversa: o que não é nosso reconforta-nos e dá asas ao nosso espírito e o que é nosso envergonha-nos e corta-nos as penas às asas. (...).".

MUDANÇAS QUALITATIVAS PRESSUPÕEM ACÇÕES QUALITATIVAS

"Tudo o que se desenrola, aí, no exterior, tem sido a resposta à situação desenvolvida no interior da Pátria. Reparamos, contudo, que o trabalho de sensibilização tem actuado ciclicamente numa calendarização de acções que, pelo arrastar dos anos, se tornaram já formais e, da nossa parte, ouso mesmo dizer, inoperantes. Antes, escreviam-me a dizer que era preciso mandar metodicamente casos de violação dos DH [Direitos Humanos], *porque eram as munições para a arma da sensibilização. E a arma funcionava com os seus tiros esporádicos, em Genebra, onde peritos dos direitos humanos até eram e são a favor da Indonésia. (...).*

O 12 de Novembro deu o impulso necessário que faltava e, mais uma vez, soubemos responder às exigências da Luta, mais uma vez ficou comprovado que as acções decisivas têm de partir do interior da Pátria. Mais uma vez ficou também certo que as mudanças qualitativas pressupõem acções qualitativas, não negando o efeito da acumulação de todas as outras condições. Embora tivesse parecido assim, nunca esperavamos uma solução à porta, trazida pelo 12 de Novembro. Exigimos, sim, mais acção, exigimos, sim, que o 12 de Novembro fosse correspondido com uma alteração substancial do quadro a que estava remetido o nosso caso. A ineficiência de uns sectores, a inoperância de outros e o indiferentismo dos demais, isso tudo é que nos magoava pela insensibilidade política. (...).".

TEMPO E INICIATIVA

"Há que compreendermos o conceito Tempo, colocado na nossa Luta. Um elemento que está medido com 16 anos de resistência. Um elemento que sempre foi alimentado por outros factores, básicos, que nos forneciam a capacidade para suportá-lo. Em nenhum processo, todos os factores se desenvolvem harmoniosamente. Na guerra de resistência, específica, de Timor-Leste, factores há que se desenvolvem pelo sacrifício de outros. O Tempo é apenas a testemunha muda e impassível da evolução complexa deste complicado sistema de pequenas lutas pela sobrevivência da Luta.

Em tudo, a iniciativa devia, por princípio, pertencer-nos sempre. Mas esta percepção tem que ser relativa. Desde o 7 de Dezembro que sempre actuámos em regime de dependência à imposição do inimigo, pelo próprio carácter da nossa Luta, o de uma Resistência.

Quando dizemos iniciativa, devemos comprendê-la no sentido de movimento produzido a partir das condições oferecidas pelo adversário. Ninguém deve imaginar que, em Timor-Leste, quem quer que seja esteja capaz de actuar forçando uma situação. Toda a acção deve ser planeada a partir das condições que perspectivam a sua realização ou as que se podem criar dentro das limitações impostas. (...).

Continuando. Na nossa guerra, definimos que todas as nossas acções devem ser guiadas por um objectivo, podendo entretanto realizar outros objectivos. Assim não desperdiçamos energias, assim sabemos estabelecer sempre uma meta para onde dirigimos as nossas acções. Determinadas actuações ou formas de luta não são compreendidas, de imediato, e muito menos quando retiradas de um plano global de actuações.

Vejamos como exemplo que o abrandamento de acções militares numa zona ou a interdicção dessa zona à presença da guerrilha por um largo período tem confundido a população local, triste por falta de contactos que tanto estimulam o ânimo e reanimam a vontade de lutar, pensativa quanto a um possível abandono e preocupada com a ideia de os seus irmãos guerrilheiros terem sido já todos mortos e mais revoltada ainda com o à-vontade que as forças de ocupação passeiam pela mata e regressam para violar as mulheres. Um plano de recuo táctico, para ganhar o próprio tempo pela recuperação de outras condições.

E é iniciativa, inserida no próprio contexto do tempo. Um contacto físico com as forças ocupantes, que se desleixaram nessa zona, acorda com a explosão dos tiros a população que, no seu íntimo, se regozija profundamente. E capturamos material para prolongar o tempo.

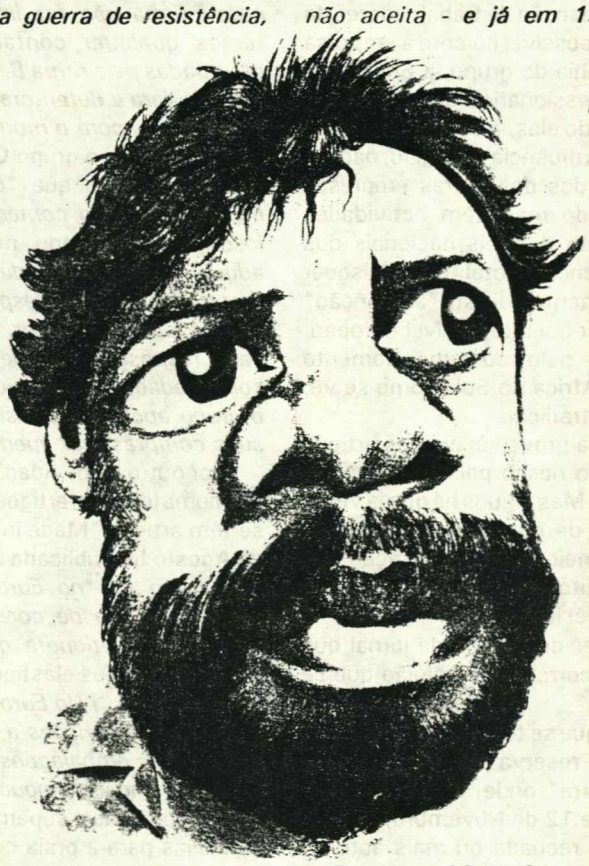
É, companheiros, uma definição tosca de Iniciativa ... dentro da definição do Tempo. (...)."

QUESTÕES EM ABERTO

"Existem muitas questões em aberto para todos considerarmos:

** Portugal actua como a potência administrante, segundo as resoluções da ONU. A Indonésia encara-o como a outra parte, apenas, do conflito da qual espera obter o reconhecimento da anexação de Timor-Leste ou do Timor Oriental. Como ultrapassar isto?*

** Segundo os seus princípios, Portugal pretende uma solução que respeite a vontade expressa do Povo de Timor-Leste. Nesta ordem de ideias, só o Povo decidirá se deseja a integração ou a independência. Todos sabemos que Jacarta não aceita - e já em 1983 os oficiais indonésios eram renitentes nesse sentido -, já que o referendo constitui um precedente político muito perigoso para a Indonésia. Como superar esta contradicção?*



Expresso, 23/11/91

** A Indonésia só aceita retomar o diálogo com Portugal, embora deixe aberta a possibilidade de participação timorense. Que meios políticos os timorenses disporão a Portugal para que a potência administrante possa cumprir as suas responsabilidades?*

** Como timorenses - e dirijo-me sobretudo aos líderes dos nossos Partidos -, já encarámos devidamente as condições básicas para o prosseguimento da resistência no interior da Pátria? Sem demagogias, sem retóricas inflamantes, sem o habitual recurso à arma da propaganda?*

** Portugal acompanha as nossas fraquezas políticas. Será que nos apercebemos já que esta situação não favorece em nada o gigantesco esforço do nosso Povo? Será que não nos apercebemos já que estamos praticamente a reeditar os imemoráveis tempos de descolonização de Lemos Pires, com os partidos unidos nas divergências?*

** O que buscamos nas nossas diligências? Soluções imediatas, soluções a curto, a médio, a longo prazo? Soluções puras, soluções de compromisso? O que podemos conseguir? Como consegui-lo? E quando?*

Compatriotas, queridos irmãos

Afirmo-o com toda a alma: eu acredito em Portugal, nos seus propósitos! Mas ... acredito mais em nós mesmos! É, por isso, que todos teremos de buscar resposta a estas e outras questões, sob pena de não estarmos a desejar nada! (...).

A Portugal compete praticar todos os actos necessários para a autodeterminação e independência nacional de Timor-Leste - é o mandato da Constituição da República Portuguesa.

A todos os timorenses compete praticar todos os actos necessários para a autodeterminação e independência nacional de Timor-Leste - é o mandato do nosso Povo. (...).". □

«Made in Indonesia»

Já por várias vezes foi levantada - não só em encontros e iniciativas de solidariedade com a causa timorense mas também nos órgãos de comunicação social - a questão de se proceder a um embargo de mercadorias (matérias-primas e produtos manufacturados) com origem na República da Indonésia.

Contudo, porque toca em aspectos "sensiveis" - a possibilidade de fazer negócios lucrativos - da nossa sociedade de consumo, numa época em que a internacionalização do capital inunda os mercados de produtos com nome sonante do Norte fabricados algures no Sul, a questão tem sido sempre remetida para o parceiro do lado. As autoridades portuguesas afirmam que não podem fazer nada - "CE oblige", dizem - e chutam para cima das associações dos comerciantes. Estes dizem que enquanto tal não podem fazer nada pelo que competirá aos associados decidirem de tal matéria. Estes remetem-se ao silêncio, ou encolhem os ombros quando questionados, ou garantem que pediram o artigo à casa mãe, sediada num país industrializado do Norte ....

Sintomática, igualmente, foi a reacção de trabalhadores da Shell Portuguesa à referência a um possível boicote à empresa em consequência de uma Companhia do grupo, a Shell Austrália, se encontrar entre os concessionários da exploração petrolífera no mar de Timor. Segundo eles, a Shell Portuguesa não tem, nem nunca teve qualquer influência na região, não lhe competindo interferir nas actividades das outras empresas associadas do grupo que, além do mais têm actividades meramente comerciais, no respeito das leis nacionais dos países onde operam, com abstenção total de quaisquer aspectos políticos. Muito provavelmente, foi esta "abstenção" que levou ao desencadear do maior boicote, a nível europeu, contra uma multinacional - a Shell - pelo seu comportamento face à política de «apartheid» na África do Sul. Como se vê, uma empresa já com uma grande tradição.

Muitas portugueses não ligam à proveniência dos artigos que compram e não sabem que no nosso país existe muita coisa à venda «Made in Indonesia». Mas alguns há que já vêem a etiqueta de proveniência antes de comprar. Muita desta consciência deve-se aos (alguns) meios de comunicação que têm chamado a atenção dos seus leitores para o significado da recusa de comprar produtos indonésios .

Nos últimas tempos têm aparecido artigos de jornal que deixam transparecer um pouco a corrente de opinião que se está a formar sobre esta questão.

O semanário **O Independente** - que se tem destacado nesta campanha de alertar consciências - reserva um espaço na sua revista chamado "Estado de Guerra" onde, assinalando os dias passados sobre o massacre de 12 de Novembro, divulga informação de todo o tipo - mais recuada ou mais actual - relacionada com a questão de Timor-Leste. Na edição de 5 de Junho passado denuncia o comércio com a Indonésia, apresentando uma etiqueta e um urso de peluche para ilustrar o *"Antes de comprar, verifique a etiqueta"*. Em conversa com o jornal soubemos que a etiqueta que escolheram diz respeito a sapatilhas, por ser mais legível. Sobre o ursinho de peluche disseram-nos que não foi por acaso que o puseram - Portugal tem para consumo muitos bichinhos de peluche "Made in Indonesia".

O jornal **Gazeta das Caldas**, de 8 de Maio, também publicou uma notícia detalhada sobre este assunto. O artigo debruça-se sobre a comercialização de artigos de desporto, neste caso concreto alguns modelos Puma e Rucanor, fabricados na Indonésia. Um dos comerciantes afirmou ao jornalista que *"o material vem em contentores e é desalfandegado pelas autoridades portuguesas"* acrescentando que *"a minha Associação Comercial nunca me comunicou nada"*. No artigo é dito que *"João Davim, ex-Presidente da Associação Comercial dos Concelhos de Caldas e Óbidos, confirmou à **Gazeta das Caldas** que a Direcção nunca tinha reunido para se pronunciar sobre este assunto. Do mesmo modo, o actual Presidente Amílcar Figueiredo entende que* 'é difícil pedir aos nossos associados para não venderem produtos da Indonésia quando os outros que não são associados os vendem'. *(...) disse também que o Governo Português ainda não se pronunciou sobre o embargo que existiu ao nível da CEE* [nunca existiu tal embargo ...] *e que foi levantado em seguida* 'As coisas estão muito dúbias a esse respeito', *afirmou"*. A Gazeta das Caldas contactou também a empresa Rucanor que afirmou que *"a nossa firma não faz importações da Indonésia, onde não temos qualquer contacto. As nossas importações são efectuadas pela firma B.V. RUTARCO, com sede na Holanda, distribuidora e detentora da marca, que nos fornece todas as mercadorias com o modelo T2 da CEE."*.

Entretanto, o grupo **Oeste com Timor-Leste** distribuiu um comunicado em que *"decidiu lamentar publicamente que haja à venda no comércio local produtos que ostentem a inscrição* 'Fabricado na Indonésia'. *Se os comerciantes adquiriram estes produtos por lamentável ignorância, ou mostrando o maior desprezo e indiferença por tudo o que se tem passado em Timor, então poderão ser os compradores a dar a resposta mais adequada a esta situação. Em nome da solidariedade com o Povo de Timor e com os direitos humanos o grupo apela aos consumidores para, antes de fazerem as suas compras, ver quem estão a ajudar."*.

Por outro lado, cidadãos têm tomado a iniciativa de ao entrar numa loja com artigos diversos de origem oriental perguntar se têm artigos "Made in Indonesia". No jornal **O Público** de 4 de Agosto foi publicada uma carta de um leitor que reclamava pelo facto de *"no Euromarché, em Lisboa, alpargatas de praia, com fita de cor variada, e aliás, bom acabamento, trazem uma etiqueta que tem, bem claros, os seguintes dizeres:* ' Dessus elastiques. Semelle micronisée. Fabriqué en Indonésie.'. *(...) No Eurocash, mercado grossista do Barreiro, montes de televisões a cores, da marca Comel, trazem nas respectivas embalagens de cartão* 'Made in Indonesia', *que, esse não engana ninguém de tão visível que é'."*.

Também nos supermercados "Minipreço" são vendidos sandálias para a praia com a etiqueta «Made in Indonésia».

É esta preocupação que tem de ser mantida constantemente para impedir que dinheiro de Portugal continue a financiar o regime indonésio, indirectamente que seja. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317